

Arrecadação em alta

O desempenho fiscal do governo vem sendo impulsionado principalmente pelo crescimento da arrecadação de impostos, mais do que pela contenção dos gastos. De janeiro a setembro, as receitas totais somaram R\$ 305,261 bilhões, um valor R\$ 45,327 bilhões maior que o obtido no mesmo período do ano passado. Apesar dos esforços para segurá-las, as despesas subiram R\$ 33,888 bilhões, atingindo R\$ 209,791 bilhões. As transferências a estados e municípios subiram R\$ 3,818 bilhões, muito por causa da medida que força a União a repassar parte da Cide, a contribuição sobre os combustíveis.

Segundo Levy, as despesas com pessoal aumentaram R\$ 5 bilhões por causa do "crescimento vegetativo" da folha de pagamentos e da reestruturação dos salários das chamadas "carreiras estratégicas", como os auditores da Receita Federal e os fiscais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O secretário afirmou que o orçamento vem sendo executado "num ritmo bastante bom". Os ministérios da área social utilizaram, até agora, 96,4% dos recursos liberados, enquanto os demais ministérios já usaram 86,1%. Os números foram incluídos nas estatísticas oficiais há alguns meses para rebater críticas de que o governo não vem gastando nem os recursos disponíveis.

As aposentadorias e pensões pagas pelo INSS consumiram R\$ 84,8 bilhões no acumulado do ano, num crescimento de R\$ 13 bilhões — o valor médio dos benefícios subiu 12,9% e a quantidade de beneficiados aumentou em 950 mil pessoas. O déficit da Previdência foi de R\$ 19,698 bilhões até setembro, buraco compensado pelo superávit do Tesouro de R\$ 66,028 bilhões. "A Previdência acumula um déficit significativamente maior do que no mesmo período do ano passado", disse Levy. O déficit do INSS cresceu R\$ 2,771 bilhões.